

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2009

1

Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991	Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2009	Emenda nº 1 – CAS
	Inclui § 5º ao art. 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir que a massa falida ou a entidade sindical competente possa fornecer declaração que comprove a efetiva exposição do segurado a agentes nocivos à saúde, para fins de requerimento de aposentadoria especial, caso o empregador tenha sido declarado falido.	
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	
	Art. 1º O art. 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do § 5º, com a seguinte redação:	
Art. 58. A relação dos agentes nocivos químicos, físicos e biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física considerados para fins de concessão da aposentadoria especial de que trata o artigo anterior será definida pelo Poder Executivo. § 4º A empresa deverá elaborar e manter atualizado perfil profissiográfico abrangendo as atividades desenvolvidas pelo trabalhador e fornecer a este, quando da rescisão do contrato de trabalho, cópia autêntica desse documento.	“Art. 58	Dê-se ao § 5º do art. 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, na forma que dispõe o art. 1º do Projeto, a seguinte redação: “Art. 58.
	§ 5º Na hipótese de falência do empregador, a declaração a que se refere o § 1º poderá ser fornecida pela massa falida do empregador ou pela entidade sindical competente. (NR)”	§ 5º Na hipótese de falência do empregador, sem que tenha sido observado o disposto no § 4º, caberá ao síndico da massa falida ou à entidade sindical competente contratar técnico especializado para elaborar o laudo de que trata o § 1º e, à vista deste laudo e dos demais elementos que lhe deram suporte, emitir o PPP.” (NR)
	Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	